



DIÁRIO DO MUNICÍPIO

Poder Executivo - São José dos Campos

ANO LV

12 DE ABRIL DE 2024

Nº 3.206

EXPEDIENTE: Publicação diária da Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP- Brasil - Secretaria de Governança - www.sjc.sp.gov.br - e-mail do Diário do Município: dpiboletim@sjc.sp.gov.br - 55 (12) 3947-8216 - Impressão: Gráfica Municipal

<https://diariodomunicipio.sjc.sp.gov.br/>

Decretos

DECRETO N. 19.582, DE 1 DE ABRIL DE 2024.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terreno abaixo descrita e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, e nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956 e artigo 10-A da Lei Federal n. 13.867, de 26 de agosto de 2019; Considerando o que consta no Processo Administrativo n. 45.474/2018;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terreno abaixo descrita que consta pertencer à ALFREDO RIBEIRO DA SILVA, destinada a IMPLANTAÇÃO VIÁRIA, entre o loteamento Jardim Santa Inês e o Conjunto Habitacional Frei Galvão, a saber:

I - Imóvel: Parte do imóvel com Escritura de Declaração de Posse Ato 058 - L 643 - Fl 101 - 4º Tabelionato de Notas de SJC-SP.

II - Proprietário: ALFREDO RIBEIRO DA SILVA.

III - Localização: Acesso Rua Milton Santos, s/nº, Santa Inês.

IV - Situação : situado entre o loteamento Santa Inês e Conjunto Frei Galvão. Tem início no ponto 01, com coordenada UTM: E=418.788,898 e N=7.437.538,648. Deste ponto inicial, segue em linha reta com azimute 10°38'57", confrontando com Rua Milton Santos, numa distância de 11,67m, até chegar ao ponto 02; do ponto 02, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 63°27'39" confrontando-se com faixa de propriedade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, numa distância de 43,62m, até chegar ao ponto 03; do ponto 03, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 63°27'38" confrontando com faixa de propriedade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 41,91m, até chegar ao ponto 03S; do ponto 03S, segue em linha reta com azimute 63°27'38" confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 4,00m, até chegar ao ponto 04S; do ponto 04S, segue em linha reta com azimute 63°27'38" com faixa de propriedade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 11,32m, até chegar ao ponto 04; do ponto 04, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 157°45'47", confrontando com Herdeiros de Maria José de Siqueira em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 27,76m, até chegar ao ponto 05; do ponto 05, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 244°21'32", confrontando com área remanescente em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 10,16m, até chegar ao ponto 05S; do ponto 05S, segue em linha reta com azimute 244°21'32", confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 2,49m até chegar ao ponto 06; do ponto 06, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 251°43'30", confrontando com área remanescente em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 10,60m, até chegar ao ponto 07; do ponto 07, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 304°27'24", confrontando com área remanescente em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 4,10m, até chegar ao ponto 08; do ponto 08, onde deflete à esquerda, segue em linha reta com azimute 249°15'13", confrontando com área remanescente em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 36,09m, até chegar ao ponto 09; do ponto 09, onde deflete à direita, confrontando com área remanescente, segue em linha reta com azimute

249°15'04", numa distância de 4,10m, até chegar ao ponto 10; do ponto 10, onde deflete à direita, confrontando com área remanescente, segue em linha reta com azimute 260°01'22", numa distância de 8,34m, até chegar ao ponto 11; do ponto 11, onde deflete à esquerda, confrontando com área remanescente, segue em linha reta com azimute 239°53'36", numa distância de 12,03m, até chegar ao ponto 12; do ponto 12, onde deflete à direita, confrontando com área remanescente, segue em linha reta com azimute 248°10'44", numa distância de 9,12m, até chegar ao ponto 13; do ponto 13, onde deflete à direita confrontando com A. De A. Pereira & Pereira Ltda., segue em linha reta com azimute 275°49'14" numa distância de 11,99m, até chegar ao ponto 01, fechando assim o perímetro, totalizando 2.117,18m² (dois mil cento e dezessete metros quadrados e dezoito decímetros quadrados).

V - Área de Preservação Permanente: Tem início no ponto 03, com coordenada UTM: E=418830,082m e N=7437569,606m, deste ponto inicial, segue em linha reta com azimute 63°27'38", confrontando com faixa de propriedade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 41,91m, até chegar ao ponto 03S; do ponto 03S, segue em linha reta com azimute 63°27'38" confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 4,00m, até chegar ao ponto 04S; do ponto 04S, segue em linha reta com azimute 63°27'38" com faixa de propriedade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 11,32m, até chegar ao ponto 04; do ponto 04, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 157°45'47", confrontando com Herdeiros de Maria José de Siqueira em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 27,76m, até chegar ao ponto 05; do ponto 05, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 244°21'32", confrontando com área remanescente em área de APP (Área de Preservação Permanente), numa distância de 10,16m, até chegar ao ponto 05S; do ponto 05S, segue em linha reta com azimute 244°21'32", confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 2,49m até chegar ao ponto 06; do ponto 06, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 251°43'30", confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 1,52m até chegar ao ponto 06S; do ponto 06S, segue em linha reta com azimute 25°43'30", confrontando com área remanescente em área de APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), numa distância de 10,60m, até chegar ao ponto 07; do ponto 07, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 304°27'24", confrontando com área remanescente em área de APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), numa distância de 4,10m, até chegar ao ponto 08; do ponto 08, onde deflete à esquerda, segue em linha reta com azimute 249°15'13", confrontando com área remanescente em área de APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), numa distância de 36,09m, até chegar ao ponto 09; do ponto 09, onde deflete à direita em curva com raio de 50,00m, confrontando com área a ser desapropriada em área de APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), com desenvolvimento de 20,06m e ângulo interno entre os vértices de 22°59'56", até chegar ao ponto 03, início desta descrição, fechando assim o perímetro, totalizando 1.419,21m² (hum mil, quatrocentos e dezenove metros quadrados e vinte e um decímetros quadrados).

VI - Faixa de Servidão de Passagem: Tem início no ponto 03S, com coordenada UTM: E=418867,580m e N=7437588,334m, deste ponto inicial, segue em linha reta com azimute 63°27'38" confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 4,00m, até chegar ao ponto 04S; do ponto 04S, deflete à direita e segue em linha reta com azimute 63°27'38" confrontando com a área a ser desapropriada numa distância de 27,53m, até chegar ao ponto 05S; do ponto 05S, segue em linha reta com azimute 244°21'32", confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto 16.211/2015, numa distância de 2,49m até chegar ao ponto 06; do ponto 06, onde deflete à direita, segue em linha reta com azimute 251°43'30", confrontando com a faixa de servidão em favor da SABESP, Decreto

16.211/2015, numa distância de 1,52m até chegar ao ponto 06S; do ponto 06S, deflete à direita e segue em linha reta com azimute 335°23'07" confrontando com a área a ser desapropriada numa distância de 27,28m, até chegar no ponto 05S; início desta descrição, fechando assim o perímetro, totalizando 55,07m² (cinquenta e cinco metros quadrados e sete decímetros quadrados).

VII - Benfeitorias: Neste imóvel encontra-se edificado duas construções em alvenaria, uma com área de 274,15m² e a outra com área de 143,41m² ambas atingidas pelas dimensões do empreendimento.

Parágrafo único. A área acima descrita está melhor caracterizada na planta e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo nº. 45.474/2018.

Art. 2º. Fica declarada de natureza urgente a desapropriação objeto do presente decreto, nos termos do artigo 15, do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, com as alterações dadas pela Lei nº 2786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Havendo disponibilidade orçamentária e financeira, bem como, concordância quanto ao preço e forma de pagamento, far-se-á a desapropriação e poderá resolver-se por acordo, mediante escritura pública, uma vez satisfeito os seguintes requisitos:

I - que o preço do imóvel não ultrapasse o valor fixado no Laudo de Avaliação;

II - que o proprietário ofereça:

a) traslado de título aquisitivo e prova de transcrição imobiliária;

b) certidão vintenária atualizada do imóvel;

c) certidão atualizada de aquisição do imóvel e negativa de alienação, hipoteca, arresto, ações reipersecutórias e demais ônus;

d) certidão negativa de débitos municipais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Campos, 01 de abril de 2024.

Anderson Farias Ferreira
Prefeito

Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

Marcelo Pereira Manara
Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade

Fábio Rayel Pasquini
Secretário de Gestão Habitacional e Obras

Guilherme L. M. Belini
Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrado no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Henrique Sarzi
Departamento de Assuntos Legislativos

DECRETO N. 19.583, DE 3 DE ABRIL DE 2024.

Institui a Política de Segurança da Informação no âmbito da Prefeitura de São José dos Campos.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990; e

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança da informação no âmbito da Administração Pública, especialmente diante dos avanços tecnológicos e da importância estratégica dos dados e sistemas de informação;

CONSIDERANDO que cabe ao município definir, em legislação própria, regras específicas para o cumprimento das determinações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001, que regulam o acesso a informações e a política de dados;

Considerando o que consta no Processo Administrativo n. 29.228/2024;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituída a Política de Segurança da Informação no âmbito da Prefeitura São José dos Campos, elaborado pela Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, através do Departamento de Tecnologia da Informação, conforme consta do Anexo Único, que faz parte integrante deste Decreto.

§1º. A Política de Segurança da Informação é destinada a todos os servidores públicos, os agentes públicos nomeados para exercício dos cargos em comissão, os empregados públicos, os estagiários, e os colaboradores e prestadores de serviços que atuam nas dependências da Prefeitura e que se utilizem dos recursos de tecnologia da informação.

§2º. As pessoas indicadas no §1º deste artigo deverão dar aceite ao Termo de Compromisso de Utilização dos Recursos da Tecnologia da Informação, que está disponibilizado na intranet e também nos meios de acesso a rede de dados da Prefeitura.

Art. 2º. A Política de Segurança da Informação visa orientar e estabelecer as diretrizes, procedimentos, mecanismos, responsabilidades, valores e recomendações para o uso adequado dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) fornecidos pela Prefeitura de São José dos Campos e foi elaborada em conformidade com as seguintes leis: 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), 13.460/2017 (Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos), 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Art. 3º. A Política de Segurança da Informação será revista e atualizada a cada dois anos ou sempre que algum fato relevante motivar sua revisão antecipada.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Campos, 03 de abril de 2024.

Anderson Farias Ferreira
Prefeito

Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

Guilherme L. M. Belini
Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrado no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Henrique Sarzi
Departamento de Assuntos Legislativos

ANEXO I

Política de Segurança da Informação - Prefeitura de São José dos Campos

Histórico das revisões.....

Introdução.....

1. Política Geral.....

1.1. Objetivo e Abrangência.....

1.2. Regras e recomendações.....

2. Políticas de utilização dos recursos de Tecnologia da Informação.....

2.1. Computadores e Softwares.....

2.2. Rede de Dados.....

2.3. E-Mail.....

2.4. Acesso à Internet.....

2.5. Impressoras.....

2.6. Equipamentos Móveis.....

3. Dúvidas e critérios de monitoramento.....

Anexo

D. 19.583/24

PA 29.228/24

3

Histórico das revisões

Esta Política de Segurança da Informação será revista e atualizada a cada dois anos ou sempre que algum fato relevante motivar sua revisão antecipada.

Versão Nº	Data	Descrição
01	18/01/2024	Elaboração da Política de Segurança da Informação

D. 19.583/24

PA 29.228/24

4

Introdução

A Política de Segurança da Informação, a seguir, visa orientar e estabelecer as diretrizes, procedimentos, mecanismos, responsabilidades, valores e recomendações para o uso adequado dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) fornecidos pela Prefeitura de São José dos Campos.

Esta Política de Segurança da Informação foi elaborada em conformidade com as seguintes leis: 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), 13.460/2017 (Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos), 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

Recursos de TI são: computadores, impressoras, equipamentos móveis, arquivos eletrônicos, rede de dados, acesso à Internet, e-mails, softwares diversos e sistemas corporativos disponibilizados no ambiente computacional da Prefeitura de São José dos Campos.

D. 19.583/24

PA 29.228/24

5

k) As solicitações de novos recursos de TI, ou de substituição dos já existentes, devem ser encaminhadas ao Departamento de Tecnologia da Informação, para avaliação e recomendações técnicas sobre a aquisição e utilização desses recursos.

l) A rede de dados, Intranet, Internet e os serviços informatizados da Prefeitura são para utilização profissional e exclusiva de seus usuários.

m) A atribuição de login (acesso à rede de dados e sistemas corporativos) está condicionada ao aceite, pelo usuário, do Termo de Compromisso de Utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação, constante do Anexo Único desta Política de Segurança da Informação, disponibilizado na intranet.

n) Os usuários que, na data inicial da vigência desta Política de Segurança da Informação, possuam login, devem aceitar o Termo de Compromisso de Utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação, conforme Anexo desta Política de Segurança da Informação, disponibilizado na intranet.

o) As restrições de utilização dos recursos de TI estabelecidas nesta Política de Segurança da Informação podem ser revistas e alteradas para atender a uma demanda específica motivada por necessidade de serviço, autorizada pela chefia da área requisitante e submetida à apreciação prévia do Departamento de Tecnologia da Informação.

p) Não é permitida a utilização de arquivos ou softwares que impliquem em violação de direitos autorais, de propriedade intelectual ou de qualquer material legalmente protegido.

q) É de responsabilidade do usuário zelar pela integridade física dos equipamentos colocados à sua disposição, evitando submetê-los a condições de risco, comunicando imediatamente ao Departamento de Tecnologia da Informação qualquer anormalidade, defeito constatado ou ocorrência relacionada a eles.

2. Políticas de utilização dos recursos de Tecnologia da Informação

2.1. Computadores e Softwares

2.1.1. Objetivo e Abrangência

Definir regras e recomendações sobre cuidados e utilização de computadores.

2.1.2. Regras e recomendações

a) Não é permitido que pessoas não autorizadas utilizem os computadores que estão sob a responsabilidade de usuários da Prefeitura.

b) É proibida a instalação ou remoção de softwares ou equipamentos periféricos sem a prévia solicitação da chefia da área requisitante, que será submetida à apreciação, autorização e acompanhamento do Departamento de Tecnologia da Informação.

D. 19.583/24

PA 29.228/24

7

1.1. Objetivo e Abrangência

Definir regras e recomendações de utilização adequada dos recursos de TI disponibilizados pela Prefeitura de São José dos Campos.

1.2. Regras e recomendações

a) Os recursos de TI devem ser utilizados pelos usuários nas atividades profissionais exercidas para esta Prefeitura. Não devem ser utilizados para fins particulares, anúncios comerciais ou promoção de causas religiosas e políticas. É recomendado que não sejam armazenados ou transportados arquivos pessoais nos equipamentos da Prefeitura.

b) Os equipamentos de informática pertencentes à Prefeitura ou a terceiros (servidores, fornecedores, prestadores de serviços e visitantes), poderão ser vistoriados pelos responsáveis pela Segurança Patrimonial na entrada e saída das dependências da Prefeitura. Poderá ser solicitada a apresentação de Nota Fiscal ou outro documento que autorize o portador a transitar com o equipamento.

c) Não é permitido o acesso não autorizado ou tentativa de interferência em atividades relacionadas aos recursos e serviços de TI da Prefeitura, bem como interferência na utilização desses recursos pelos usuários.

d) A autenticação para uso dos sistemas corporativos e demais serviços informatizados é feita através de login específico do usuário, atribuído a ele pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

e) A permissão de acesso a dados de sistemas corporativos deve ser autorizada pelo gestor de cada sistema.

f) Não é permitido acessar sites ou transmitir mensagens com conteúdo pornográfico ou de preconceitos associados a raça, sexo, idade, religião, política ou nacionalidade.

g) Não é permitido divulgar informações da Prefeitura sobre munícipes, clientes, parceiros, fornecedores ou processos, sem prévia solicitação formal por parte do interessado e expressa autorização do responsável pelos dados.

h) É responsabilidade do usuário preservar os dados armazenados nos computadores locais ou dispositivos móveis da Prefeitura que ele utilize.

i) A manutenção de equipamentos de informática deve ser feita com o acompanhamento de servidor do Departamento de Tecnologia da Informação, sendo proibida a abertura de equipamentos por usuários. Apenas o Departamento de Tecnologia da Informação está autorizado a fazer o envio de equipamentos de informática para manutenções externas.

j) Se um equipamento contendo dados da Prefeitura for roubado, furtado ou perdido, o fato deverá ser informado pelo usuário, tão logo tenha sido constatado, à sua chefia imediata, que se encarregará de comunicar a ocorrência ao Departamento de Tecnologia da Informação para as providências cabíveis.

D. 19.583/24

PA 29.228/24

6

c) A utilização dos softwares disponibilizados no ambiente informatizado da Prefeitura, tanto os desenvolvidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação quanto os fornecidos por terceiros, deverá ser realizada pelos usuários com base em orientações constantes nesta Política de Segurança da Informação.

d) No desenvolvimento desses softwares foram inseridas técnicas para auditoria de uso, de forma a proteger dados sensíveis, confidenciais e financeiros, que possibilitam identificar, em caso de necessidade, os responsáveis pelos acessos e operações realizadas.

e) É proibido a qualquer usuário, mesmo que de forma parcial, modificar, copiar, distribuir, transmitir, exibir, executar, reproduzir, publicar, licenciar e efetuar download ou upload de qualquer software licenciado à Prefeitura.

2.2. Rede de Dados

2.2.1. Objetivo e Abrangência

Definir regras e recomendações para utilização da rede de dados da Prefeitura.

2.2.2. Regras e recomendações

a) A identificação do usuário para acesso à rede de dados é única e intransferível, e o padrão adotado contém o nome e sobrenome.

b) Para a utilização de sistemas corporativos e demais serviços informatizados que também exijam a identificação do usuário através de login e senha específicos, essa identificação é única e intransferível, não devendo ser fornecidos para outro usuário.

c) O acesso do usuário à rede de dados ou sistemas corporativos será bloqueado ou desativado após ser identificado um longo período de inatividade, a realização de qualquer atividade que comprometa a segurança de acesso a informações ou recursos de TI, ou término do vínculo empregatício com a Prefeitura.

d) Os usuários não estão autorizados a utilizar qualquer software ou dispositivo para interceptar, monitorar ou decodificar senhas, mensagens ou arquivos.

e) Só será permitida a conexão ou utilização da rede de dados da Prefeitura por equipamentos previamente identificados e autorizados pelo Departamento de Tecnologia da Informação, incluindo os de uso pessoal (de servidores, fornecedores, prestadores de serviços e visitantes).

2.3. E-Mail

2.3.1. Objetivo e Abrangência

Definir regras e recomendações para a utilização de e-mail: envio, recebimento e gerenciamento de mensagens.

2.3.2. Regras e recomendações

D. 19.583/24

PA 29.228/24

8

a) As contas de e-mail corporativo disponibilizadas pela Prefeitura são de sua propriedade e seu uso deve atentar para as políticas internas, as leis, a moral e os bons costumes.		
b) A identificação de uma conta de e-mail seguirá, preferencialmente, a mesma identificação do usuário da rede de dados.		
c) Deverá ser utilizado pelos usuários o sistema de correio eletrônico padrão adotado pela Prefeitura para envio, recebimento e gerenciamento de e-mails.		
d) A solicitação para criação de conta de e-mail que identifique especificamente uma área ou atividade funcional da Prefeitura, deverá ser encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação para avaliação e providências.		
e) Não é permitido divulgar mensagens em cadeia, corrente, "pirâmides", propaganda ou oferecimento de produtos e serviços particulares através do correio eletrônico (mala direta, spam, etc.) da Prefeitura. Não será considerado uso inadequado a veiculação de campanhas internas de caráter social ou informativo, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e respeitados os critérios técnicos definidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação.		
f) O Departamento de Tecnologia da Informação poderá bloquear o envio e recebimento de e-mail com arquivos anexados ou endereços que comprometam o tráfego da rede de dados, a segurança ou a qualidade do serviço.		
2.4. Acesso à Internet		
2.4.1. Objetivo e Abrangência		
Definir regras e recomendações para utilização de acesso à Internet: navegação, downloads e uploads de arquivos.		
2.4.2. Regras e recomendações		
a) Os sites acessados na Internet através da rede de dados da Prefeitura e as mensagens pessoais dos usuários poderão ser monitorados pelo Departamento de Tecnologia da Informação, conforme disposto nas letras "a", "f" e "i" do item 1.2. desta Política de Segurança de Informação.		
b) O Departamento de Tecnologia da Informação poderá bloquear o acesso a sites, arquivos, dados ou serviços que não estejam associados às atividades profissionais exercidas pelos usuários da Prefeitura, ou que comprometam a segurança ou a qualidade dos serviços.		
2.5. Impressoras e Material Impresso		
2.5.1. Objetivo e Abrangência		
Definir regras e recomendações para utilização de impressoras e material impresso incluindo a confidencialidade das informações, conservação do equipamento e minimização do desperdício.		
D. 19.583/24	PA 29.228/24	9

b) Verificar o conteúdo de arquivos e mensagens, armazenados ou transmitidos, utilizados mediante os recursos de TI da Prefeitura.		
c) Bloquear o acesso a qualquer recurso de TI disponibilizado na rede de dados da Prefeitura que não esteja associado às atividades profissionais exercidas pelos usuários.		
O conteúdo desta Política de Segurança da Informação encontra-se disponível para a consulta através do link https://intranet.sjc.sp.gov.br , e dúvidas relativas a esta política poderão ser encaminhadas ao Departamento de Tecnologia da Informação através do Centro de Atendimento ao Usuário (cau@sjc.sp.gov.br).		
Sendo identificada atividade incompatível com esta Política de Segurança da Informação, o Departamento de Tecnologia da Informação comunicará essa ocorrência à administração superior para que sejam tomadas as medidas administrativas apropriadas.		
D. 19.583/24	PA 29.228/24	11

2.5.2. Regras e recomendações		
a) Ao solicitar uma impressão lembre-se de retirá-la da impressora.		
b) Acompanhe a impressão de relatórios com informações confidenciais.		
c) Não coloque papéis com informações confidenciais no lixo comum, nem os use como rascunho. Destrua-os de forma apropriada.		
d) A manutenção técnica das impressoras deve ser feita com o acompanhamento de servidor do Departamento de Tecnologia da Informação ou responsável técnico da empresa contratada para fornecimento do serviço devidamente identificado. Os usuários só poderão abrir os equipamentos para troca do toner / cartucho de impressão e colocação de papel.		
2.6. Equipamentos Móveis		
2.6.1. Objetivo e Abrangência		
Definir regras e recomendações para utilização de equipamentos móveis de informática (laptops, notebooks, câmeras digitais, celulares, tablets e pen drives) na rede de dados e em atividades profissionais exercidas para esta Prefeitura.		
2.6.2. Regra e recomendações		
a) O uso de dispositivos móveis na rede de dados da Prefeitura é restrito a equipamentos previamente identificados e autorizados pelo Departamento de Tecnologia da Informação, incluindo os de uso pessoal (de servidores, fornecedores, prestadores de serviços e visitantes).		
b) O uso adequado dos dispositivos móveis é de responsabilidade do usuário.		
c) É de responsabilidade do usuário zelar pela segurança das informações disponibilizadas em dispositivos móveis de propriedade da Prefeitura que estejam sob sua responsabilidade.		
3. Dúvidas e critérios de monitoramento		
Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança da Informação, a Prefeitura, por meio do Departamento de Tecnologia da Informação, poderá:		
a) Monitorar e registrar tentativas de acesso e utilização inadequada dos serviços de TI, como e-mail, rede de dados, Internet e sistemas corporativos.		
D. 19.583/24	PA 29.228/24	10

Anexo Único da Política de Segurança da Informação		
Termo de Compromisso de Utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação		
Eu, _____, matrícula nº _____, declaro que tomei conhecimento dos termos da Política de Segurança da Informação da Prefeitura de São José dos Campos, cujo conteúdo encontra-se disponível on-line através do link https://intranet.sjc.sp.gov.br , estando ciente de todas as responsabilidades que a mim competem como usuário dos recursos de Tecnologia da Informação da Prefeitura de São José dos Campos, bem como das sanções administrativas a que estarei sujeito em caso de inobservância deste termo.		
Declaro estar ciente também de que o uso dos recursos de Tecnologia da Informação, tais como Internet e correio eletrônico, são passíveis de monitoramento, nos termos da mencionada Política de Segurança da Informação, por se tratarem de ferramentas de trabalho a mim disponibilizadas pela Prefeitura de São José dos Campos, não cabendo portanto, a presunção de que tal monitoramento viola o que dispõe a inciso XII, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.		
São José dos Campos, XX de XXXXXXX de 20XX.		
Assinatura		
D. 19.583/24	PA 29.228/24	12

DECRETO N. 19.584, DE 3 DE ABRIL DE 2024.

Altera o Decreto nº 19.227, de 13 de janeiro de 2023, que “Declara de utilidade pública para fins de instituição de servidão de passagem, o imóvel abaixo descrito e dá outras providências”.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990,

Considerando o que consta no Processo Administrativo n. 105.368/2021;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam alterados os incisos “I ao V”, do artigo 1º, do Decreto nº 19.227, de 13 de janeiro de 2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I - Imóvel: parte da área remanescente da Matrícula 52.100 - 2º RI.

II - Proprietário: Maria Amélia Camargo da Silva.

III - Localização: Estrada Municipal. Nelson Tavares da Silva, 1300, Chácara Boa Esperança (NUI).

IV - Características do terreno: Formato irregular, plano.

V - Medidas e Confrontações: inicia-se no vértice P6, coordenada UTM N - 7.433.958,9330 e E - 420.421,0300, cravado no alinhamento da Est. Mun. Nelson Tavares da Silva, deste segue acompanhando o alinhamento da referida rua com azimute 112º32'53” e distância de 5,08 metros até encontrar o vértice P7, coordenada UTM N - 7.433.956,8897 e E - 420.425,7103, cravado na divisa com a área remanescente, deste deflete à direita e segue confrontando com a área remanescente até encontrar o vértice P4, através dos seguintes azimutes e distâncias: do vértice P7 deflete à direita e segue com azimute de 240º23'53” e distância de 49,03 metros até encontrar o vértice P8, coordenada UTM N - 7.433.932,6721 e E - 420.383,0828, deste deflete à esquerda e segue confrontando com a referida área com azimute de 192º47'31” e distância de 27,74 metros até encontrar o vértice P4, coordenada UTM N - 7.433.905,6252 e E - 420.376,9419, cravado na divisa com a Matrícula 30.415, deste deflete à direita e segue confrontando com a referida área com azimute 310º55'29” e distância de 4,54 metros até encontrar o vértice P3, coordenada UTM N - 7.433.908,5965 e E - 420.373,5147, cravado na divisa com a área remanescente, deste deflete à direita e segue com azimute de 12º47'27” e distância de 27,40 metros até encontrar o vértice P5, coordenada UTM N - 7.433.935,3116 e E - 420.379,5799, cravado na divisa com a Matrícula 30.415, deste deflete à direita e segue deste deflete à direita e segue com azimute de 60º25'36” e distância de 47,50 metros até encontrar o vértice inicial P6, fechando o perímetro com 304,26 metros quadrados”.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Campos, 03 de abril de 2024.

Anderson Farias Ferreira

Prefeito

Odilson Gomes Braz Junior

Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

Marcelo Pereira Manara

Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade

Fábio Rayel Pasquini

Secretário de Gestão Habitacional e Obras

Guilherme L. M. Belini

Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrado no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Henrique Sarzi

Departamento de Assuntos Legislativos

DECRETO N. 19.585, DE 4 DE ABRIL DE 2024.

Altera o Decreto nº 17.787, de 20 de abril de 2018, que “Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a ser utilizado pelo Município”.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990; e

Considerando o que consta no Processo Administrativo n. 76.605/2018;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Título do Capítulo V, do Decreto nº 17.787, de 20 de abril de 2018, com a seguinte redação.

“CAPÍTULO V

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO”

Art. 2º Ficam alterados os artigos 17, 18 e seus parágrafos, do Decreto nº 17.787, de 20 de abril de 2018, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 17. A manifestação de interesse privado poderá ser apresentada por qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, e será dirigida à Secretaria direta ou preponderantemente pertinente ao tema e deverá estar acompanhada com a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e o escopo do projetos, levantamentos e dos estudos necessários, para cuja realização o interessado pleiteia, por esse meio, a autorização do poder público.”

“Art. 18. Após análise prévia da Secretaria interessada acerca da proposta formulada por meio da manifestação de interesse privado, a essa caberá dar-lhe regular prosseguimento, com a abertura de um edital de chamamento público, na forma do artigo 3º e seguintes deste Decreto.”

Parágrafo único. Caberá à Secretaria interessada determinar o seu arquivamento, se impertinente, inoportuno, ou de qualquer forma ausente o interesse no prosseguimento da Manifestação de Interesse Privado, sem prejuízo de realização de diligências ou de pedidos de esclarecimentos que entenda necessários, a fim de viabilizar o seu posterior prosseguimento.”

Art. 3º Ficam acrescidos o “Capítulo VI”, com o Título “DISPOSIÇÕES FINAIS” e os artigos 18-A e 18-B, com as seguintes redações:

“Art. 18-A. O edital do procedimento licitatório para contratação do empreendimento de que trata o artigo 1º deste Decreto conterá, obrigatoriamente, cláusula que condicione a assinatura do contrato, pelo vencedor da licitação, ao ressarcimento dos valores relativos à elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos utilizados na licitação.”

“Art. 18-B. Os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados nos termos deste Decreto poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços, exceto se houver disposição em contrário no edital de abertura do chamamento público do Procedimento de Manifestação de Interesse.”

“§ 1º. Considera-se economicamente responsável a pessoa física ou jurídica de direito privado que tenha contribuído financeiramente, por qualquer meio e montante, para o custeio da elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos a serem utilizados em licitação para contratação do empreendimento a que se refere o artigo 1º deste Decreto.”

“§2º. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico do autorizado.”

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Campos, 04 de abril de 2024.

Anderson Farias Ferreira

Prefeito

Odilson Gomes Braz Junior

Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

Guilherme L. M. Belini

Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrado no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Henrique Sarzi

Departamento de Assuntos Legislativos

DECRETO N. 19.590, DE 12 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.270.225,34.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, os artigos 14 e 16 da Lei n. 10.736, de 3 de Julho de 2023, o artigo 7º e os incisos II e III do artigo 8º da Lei n. 10.818, de 14 de dezembro de 2023;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento Município um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.270.225,34 (nove milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos) destinado a criar e/ou suplementar as dotações orçamentárias constantes no Anexo I (B - Crédito).

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, estão detalhados no Anexo I (A - Fonte) e decorrem de:

I - expectativa de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 2.391.427,30 (dois milhões, trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos);

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 66.646,80 (sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos);

III - superávit financeiro apurado no balanço do exercício de 2023, no valor de R\$ 1.997.562,22 (um milhão, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos);

IV - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.814.589,02 (quatro milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e dois centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Campos, 12 de abril de 2024.

Anderson Farias Ferreira

Prefeito

Odilson Gomes Braz Junior

Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

Guilherme L. M. Belini

Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrado no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Henrique Sarzi

Departamento de Assuntos Legislativos

ANEXO I - Decreto nº 19.590, de 12 de abril de 2024		
Valor Total do Decreto	9.270.225,34	
A - Fonte	Valor em R\$	B - Crédito
1. Expectativa de Excesso de Arrecadação	13.682,30	Suplementação: 35.10.4.4.90.51.15.451.0002.1.003.02.1000239
Expectativa de excesso de arrecadação rubrica 2033 - Convênio FEHIDRO - Implantação de Galeria de Águas Pluviais da Vila Rossi		35 - Secretaria De Gestão Habitacional E Obras 4.4.90.51 - Obras E Instalações 1.003 - Obras E Serviços Habitacionais E De Infraestrutura 1000239 - Convênio FEHIDRO - Galeria De Águas Pluviais Vila Rossi
2. Expectativa de Excesso de Arrecadação	525.121,00	Criação e Suplementação: 60.30.3.3.50.39.10.302.0006.2.033.05.3030038
Expectativa de excesso de arrecadação rubrica 1350 - SUS - Vigilância em Saúde - Teto Financeiro da Vigilância Sanitária - TFVS		60 - Secretaria De Saúde 3.3.50.39 - Outros Serviços De Terceiros -Pessoa Jurídica 2.033 - Operacionalização Do Hospital Municipal 3030038 - Vigilância Em Saúde - Teto Financeiro Da Vigilância Sanitária - TFVS - Saúde
3. Expectativa de Excesso de Arrecadação	974.624,00	Suplementação: 60.50.3.3.90.30.10.303.0006.2.036.05.3040040
Expectativa de excesso de arrecadação rubrica 1376 - SUS - Assistência Farmacêutica - Aquisição de Medicamentos		60 - Secretaria De Saúde 3.3.90.30 - Material De Consumo 2.036 - Assistência Farmacêutica 3040040 - Sus - Assistência Farmacêutica - Medicamentos De Alto Custo
4. Expectativa de Excesso de Arrecadação	878.000,00	Suplementação: 60.70.3.3.90.39.10.302.0006.2.035.02.3020024
Expectativa de excesso de arrecadação rubrica 2035 - SUS Estadual - MAC - Média e Alta Complexidade		60 - Secretaria De Saúde 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.035 - Atividades Das Unidades De Atenção Secundária 3020024 - Atenção De Média E Alta Complexidade Ambulatorial E Hospitalar - Sus - Sistema Único De Saúde
5. Excesso de Arrecadação	66.646,80	Criação e Suplementação: 65.10.4.4.90.51.26.451.0009.1.012.05.8000216
Excesso de arrecadação rubrica 1256 - Juros Bancários - Emenda Parlamentar - Investimentos Diversos		65 - Secretaria De Mobilidade Urbana 4.4.90.51 - Obras E Instalações 1.012 - Projetos E Obras Do Sistema Viário E Cicloviário 8000216 - Emenda Parlamentar - Investimentos Diversos
6. Superávit Financeiro	1.997.562,22	Criação e Suplementação: 65.10.4.4.90.51.26.451.0009.1.012.95.8000216
Superávit financeiro apurado no exercício de 2023 - C/C 121822-0 - Brasil Emenda Parlamentar Transferência Especial		65 - Secretaria De Mobilidade Urbana 4.4.90.51 - Obras E Instalações 1.012 - Projetos E Obras Do Sistema Viário E Cicloviário 8000216 - Emenda Parlamentar - Investimentos Diversos
7. Anulação parcial: 15.10.3.3.90.40.14.422.0001.2.006.92.1000047	200.000,00	Suplementação: 15.10.3.3.90.39.14.422.0001.2.006.92.1000047
15 - Secretaria De Apoio Jurídico 3.3.90.40 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação - PJ 2.006 - Manutenção Do Procon 1000047 - Proc - Fundação Procon		15 - Secretaria De Apoio Jurídico 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.006 - Manutenção Do Procon 1000047 - Proc - Fundação Procon
8. Anulação parcial: 35.10.3.3.90.92.15.451.0002.2.002.01.1100000	20.380,00	Suplementação: 35.10.3.3.90.36.15.451.0002.2.002.01.1100000
35 - Secretaria De Gestão Habitacional E Obras 3.3.90.92 - Despesas De Exercícios Anteriores 2.002 - Manutenção Dos Serviços 1100000 - Geral		35 - Secretaria De Gestão Habitacional E Obras 3.3.90.36 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 2.002 - Manutenção Dos Serviços 1100000 - Geral
9. Anulação parcial: 45.10.3.3.90.39.27.812.0004.2.029.01.1100000	60.000,00	Suplementação: 45.10.3.3.90.39.27.812.0004.2.002.01.1100000
45 - Secretaria De Esporte E Qualidade De Vida 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.029 - Atividades De Esportes 1100000 - Geral		45 - Secretaria De Esporte E Qualidade De Vida 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.002 - Manutenção Dos Serviços 1100000 - Geral
10. Anulação parcial: 50.10.3.3.90.36.08.244.0005.2.031.05.5000042	110.000,00	Suplementação: 50.10.3.3.50.39.08.244.0005.2.031.05.5000042
50 - Secretaria De Apoio Social Ao Cidadão 3.3.90.36 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 2.031 - Atividades De Apoio Social 5000042 - FNAS - Fundo Nacional De Assistência Social		50 - Secretaria De Apoio Social Ao Cidadão 3.3.50.39 - Outros Serviços De Terceiros -Pessoa Jurídica 2.031 - Atividades De Apoio Social 5000042 - FNAS - Fundo Nacional De Assistência Social
11. Anulação parcial: 65.20.4.4.90.51.26.122.0009.2.048.03.4000075	2.064.209,02	Suplementação: 65.20.3.3.90.39.26.122.0009.2.048.03.4000075
65 - Secretaria De Mobilidade Urbana 4.4.90.51 - Obras E Instalações 2.048 - Gerenciamento Do Trânsito 4000075 - Multas De Trânsito		65 - Secretaria De Mobilidade Urbana 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.048 - Gerenciamento Do Trânsito 4000075 - Multas De Trânsito
12. Anulação parcial: 65.10.4.4.90.51.26.451.0009.1.012.01.4000000	2.200.000,00	Suplementação: 65.10.3.3.90.93.26.122.0009.2.002.01.4000000
65 - Secretaria De Mobilidade Urbana 4.4.90.51 - Obras E Instalações 1.012 - Projetos E Obras Do Sistema Viário E Cicloviário 4000000 - Geral		65 - Secretaria De Mobilidade Urbana 3.3.90.93 - Indenizações E Restituições 2.002 - Manutenção Dos Serviços 4000000 - Geral
13. Anulação parcial: 80.10.3.3.90.93.04.122.0001.2.007.01.1100000	160.000,00	Suplementação: 80.10.3.3.90.39.04.122.0001.2.007.01.1100000
80 - Encargos Gerais Do Município 3.3.90.93 - Indenizações E Restituições 2.007 - Tarifas Diversas E Outros Encargos 1100000 - Geral		80 - Encargos Gerais Do Município 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.007 - Tarifas Diversas E Outros Encargos 1100000 - Geral

Editais

Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO GESTOR DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL
AUGUSTO RUSCHI - CGPNMAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COMPOSIÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO GESTOR DO PNMAR - CGPNMAR BIÊNIO 2023/2025.

O Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Augusto Ruschi - PNMAR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 14.311/10, alterado pelo Decreto nº 18.523/20, e seu Regimento Interno, CONVOCA AS ENTIDADES, SOCIEDADE E MOVIMENTOS DOS SEGMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 3º DESTE EDITAL, a participarem do chamamento público para o preenchimento das **VAGAS REMANESCENTES** para composição do CGPNMAR - biênio 2023/2025.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O procedimento de habilitação, inscrição e seleção das **vagas remanescentes** para composição das entidades da sociedade civil no Conselho Gestor do PNMAR será regido por este Edital, executado pela Comissão Organizadora e seguirá o calendário que consta no ANEXO I.

Art. 2º Será dada ampla e prévia divulgação do processo aos interessados por meio da publicação no Boletim do Município e do Portal da Transparência.

Art. 3º As 6 (seis) vagas de entidades da Sociedade Civil integrantes do CGPNMAR foram definidas pelo Decreto nº 18.523/20 que alterou o Art. 3º do Decreto nº 14.311/10.

Parágrafo único: Considerando a conclusão do Chamamento Público publicado em 2023, para composição das entidades da sociedade civil no Conselho Gestor do PNMAR, o presente edital regulamentará o procedimento para composição das seguintes **vagas remanescentes**:

I. 02 (DUAS) VAGAS TITULARES, e seus suplentes, para REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES COM ATUAÇÃO LOCAL COMPROVADA NOS BAIRROS SITUADOS NO ENTORNO DO PNMAR;

II. 01 (UMA) VAGA TITULAR e seu suplente, para REPRESENTANTE DE INSTITUTOS DE PESQUISA E ENSINO;

CAPÍTULO II - DOS DOCUMENTOS E CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

Art. 4º Os interessados em participar do presente chamamento público deverão encaminhar para o endereço eletrônico pnmar@sjc.sp.gov.br, de **13 de maio de 2024 a 19 de maio de 2024**, em formato “.pdf”, a relação de documentos relacionadas no **Art. 5º**.

Parágrafo único. A documentação poderá também ser protocolada, **até as 16h do dia 17 de maio de 2024**, na **Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade**, localizada no sexto andar do Paço Municipal, situado na Rua José de Alencar, nº123, Vila Santa Luzia, ou no **Ponto Rural**, situado na Rua Auziro Lebrão, nº240, Alto da Ponte.

Art. 5º O interessado em participar do presente Chamamento Público deverá se inscrever em um dos seguimentos disponíveis e apresentar o “ANEXO II” devidamente preenchido e assinado, assim como a seguinte relação de documentos:

I - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:

- Comprovação de que se encontra sediada no município há pelo menos 1 (um) ano;
- Comprovação de poderes para representar a pessoa jurídica, como a apresentação do Estatuto registrado, ata da última eleição e posse da diretoria;
- Apresentar comprovação de atuação nos bairros do entorno direto da Unidade de Conservação (PNMAR).

II - INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA:

- Comprovação de que se encontra sediada no município há pelo menos 1 (um) ano;

- Comprovação de poderes para representar a pessoa jurídica, como a apresentação do Estatuto registrado, ata da última eleição e posse da diretoria;
- Comprovação de existência de curso relacionado à temática ambiental, de graduação ou pesquisa;

Parágrafo único. A comprovação de poderes para representação da pessoa jurídica poderá ser realizada por meio de documentos hábeis, como documentos emitidos pela Receita Federal do Brasil ou Junta Comercial.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º Antes de efetuar a inscrição, a entidade deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche os requisitos exigidos, para cada segmento, conforme especificado no artigo 5º.

Art. 7º É vedada a inscrição fora do prazo.

Art. 8º As entidades, de cada segmento, serão as únicas responsáveis pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados e pelo seu conteúdo, sob as penas da Lei.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO PARA SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS

Art. 9º Após encerramento das inscrições haverá análise dos documentos e posterior divulgação preliminar dos habilitados. Após o esgotamento do prazo recursal e julgamento, será divulgado e confirmado a lista dos habilitados, conforme datas estabelecidas no **ANEXO I**.

Art. 10 Caso o número de habilitados exceda ao número de vagas disponíveis para o segmento, prevista no artigo 3º, haverá planária específica para definição da composição do CGPNMAR.

Parágrafo único. A plenária específica poderá ser dispensada no caso de composição entre os interessados habilitados.

Art. 11 A plenária específica para composição dos seguimentos com número de habilitados superiores ao número de vagas ocorrerá em reunião do CGPNMAR da seguinte forma:

I - Inicialmente serão empossados os titulares e suplentes indicados pelas entidades habilitadas que não excederam ao número de vagas disponíveis no seguimento;

II - Após, será concedida a palavra, com tempo pré-determinado, aos representantes formalmente designados pelos habilitados dos seguimentos pendentes do preenchimento das vagas para manifestação acerca do interesse e importância de sua participação no CGPNMAR;

III - Ato contínuo haverá deliberação pelos conselheiros empossados que representam a Sociedade Civil para composição e definição das entidades e seguimentos pendentes.

Parágrafo único. As lacunas, casos omissos ou dúvidas que por ventura surgirem durante as plenárias serão deliberadas pela Comissão Organizadora.

Art. 12 A homologação do resultado geral desse processo será feita na Plenária do CGPNMAR, assim como será publicado no Portal da Transparência e no Boletim do Município.

Capítulo V - Das Disposições Finais

Art. 13 A inscrição da entidade implicará na aceitação das normas contidas nos comunicados e neste Edital, sendo de sua inteira, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Edital no Portal da Transparência e no Diário do Município.

Art. 14 As lacunas, casos omissos ou dúvidas acerca da interpretação dos dispositivos deste Edital serão apreciados e deliberados pela Comissão Organizadora e deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico pnmar@sjc.sp.gov.br.

Art. 15 O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação no Portal da Transparência.

São José dos Campos, 10 de abril de 2024.

Carina Ferreira Chaves

Presidente do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Augusto Ruschi

Marcelo Pereira Manara

Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade

ANEXO I - CALENDÁRIO	
Datas	Etapas
15/04/2024	Publicação do Edital
06/05/2024 a 19/05/2024	Inscrição das entidades
20/05/2024 a 22/05/2024	Análise dos documentos entregues
23/05/2024	Divulgação dos habilitados
23/05/2024 a 27/05/2024	Prazo para recurso
28/05/2024	Análise dos Recursos
29/05/2024	Divulgação do resultado dos recursos e dos habilitados
06/06/2024	Plenária específica
Seleção dos segmentos pendentes	
Posse dos Conselheiros	

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO E DECLARAÇÃO

A) FICHA DE INSCRIÇÃO:

Nome da Instituição: _____

Segmento a que pertence e para o qual se inscreve (marcar apenas um):

- ☐ Associação de Moradores com atuação local
☐ Instituto de Pesquisa e Ensino

Endereço Completo: _____

Nome do Responsável legal da Instituição e seu R.G.: _____

Indicação nominal dos representantes (titular e suplente) e seus R.G.: _____

B) DECLARAÇÃO:

Declaro ter ciência das normas, procedimentos e critérios definidos no Edital de Chamamento Público do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Augusto Ruschi, de São José dos Campos-SP, bem como da Legislação pertinente.

Assinatura do Responsável Legal

São José dos Campos, _____ de _____
de _____.

Secretaria de Proteção ao Cidadão

Secretaria de Proteção ao Cidadão / Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais faz saber a todos quanto ao presente Edital ou dele tiverem conhecimento, que:

Ficam autuados os proprietários dos imóveis abaixo por não providenciarem o que segue:

- **Não vedou as aberturas da edificação em flagrante estado de abandono.** O fato está em desacordo com o disposto no artigo 9 da Lei nº 006354/2003 § único, sendo concedido o prazo de 10 dias para sanar a irregularidade: **Bairro Cajuru** - II 80.01205.0015.0000 - AIM 2420874 - PROC 39975/2024.

- **Não conservou o imóvel em perfeito estado de higiene e limpeza,** fato está em desacordo com o disposto no artigo 4 da Lei nº 006354/2003 § único. Sendo concedido o prazo de 10 dias para sanar a irregularidade: **Bairro Cajuru** - II 80.01205.0015.0000 - AIM 2420873 - PROC 39970/2024.

- **Deverá executar/manter/conservar a calçada dentro dos padrões da “calçada segura”,** fato está em desacordo com o disposto nos artigos 16 a 50 e 53 da Lei nº 008077/2010. Sendo concedido o prazo de 10 dias para sanar a irregularidade: **Jardim Vale Paraíso** - II 30.0009.0002.0000 - AIM 2419872 - PROC 38948/2024.

- **Não procedeu a construção do passeio,** fato está em desacordo com o disposto nos artigos 16 a 53 e 53 da Lei nº 008077/2010. Sendo concedido o prazo de 30 dias para sanar a irregularidade: **Monte Castelo** - II 32.0036.0003.0000 - AIM 2419392 - PROC 38901/2024.

Deverá executar/manter/conservar a calçada dentro dos padrões da “calçada segura”, fato está em desacordo com o disposto nos artigos 16 a 50 e 53 da Lei nº 008077/2010. Sendo concedido o prazo de 10 dias para sanar a irregularidade: **Monte Castelo** - II 32.0015.0008.0092 - AIM 2419859 - PROC 38974/2024.

- **Não manteve o terreno não-edificado capinado e limpo,** fato está em desacordo com o disposto no artigo 3 da Lei nº 006354/2003. Sendo concedido o prazo de 10 dias para o saneamento da irregularidade: **Jardim das Industrias** - II 49.0069.0077.0000 - AIM 2419653 - PROC 38529/2024.

- **Não manteve o terreno não-edificado capinado e limpo,** fato está em desacordo com o disposto no artigo 3 da Lei nº 006354/2003. Sendo concedido o prazo de 10 dias para o saneamento da irregularidade: **Jardim das Industrias** - II 49.0069.0076.0000 - AIM 2419652 - PROC 38885/2024.

- **Não vedou as aberturas da edificação em flagrante estado de abandono.** O fato está em desacordo com o disposto no artigo 9 da Lei nº 006354/2003 § único, sendo concedido o prazo de 10 dias para sanar a irregularidade: **Jardim das Industrias** - II 49.0072.0030.0001 - AIM 2419655 - PROC 38522/2024.

- **Não conservou o imóvel em perfeito estado de higiene e limpeza,** fato está em desacordo com o disposto no artigo 4 da Lei nº 006354/2003 § único. Sendo concedido o prazo de 10 dias para sanar a irregularidade: **Jardim das Industrias** - II 49.0072.0030.0001 - AIM 2419654 - PROC 38525/2024.

Secretaria de Proteção ao Cidadão / Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais faz saber a todos quanto ao presente Edital ou dele tiverem conhecimento, que:

Ficam notificados os proprietários dos imóveis para providenciarem o que segue:

Fica comunicado o que segue:

Fica Comunicado o Responsável CPF: 379.655.388-57 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que não foi constatado mato alto no local vistoriado.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 130.372.058-22 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que o recurso deverá ser interposto somente na Junta Municipal de Recursos.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 071.269.468-48 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que foi concedido o prazo de 60(sessenta) dias para executar o passeio nos moldes da Lei 8077/2010.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 199.193.558-79 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que a decisão fundamentada nos autos encerra-se a presente ação fiscal e a Notificação Preliminar NP 431341 foi cancelada e arquivada.

Fica Comunicado o Responsável CNPJ: 02.422.476/0001-46 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que a decisão fundamentada nos autos encerra-se a presente ação fiscal e a Notificação Preliminar NP 2237299 foi cancelada e arquivada.

Fica Comunicado o Responsável CNPJ: 02.422.476/0001-46 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que foi concedido o prazo de 30(trinta) dias para providenciar capina e limpeza do terreno.

Fica Comunicado o Responsável CNPJ: 02.422.476/0001-46 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que foi concedido o prazo de 30(trinta) dias para providenciar capina e limpeza do terreno.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 301.304.928-68 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que fica concedido o prazo de 7(sete) dias para o efetivo saneamento da irregularidade, visto que não desembarçou/desimpediu passeios/ vias públicas. Caso a irregularidade persista, será prosseguida a ação fiscal através da graduação de multa.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 301.304.928-68 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que fica concedido o prazo de 7(sete) dias para o efetivo saneamento da irregularidade, visto que não manteve a limpeza e a higiene do imóvel. Caso a irregularidade persista, será prosseguida a ação fiscal através da graduação de multa.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 048.203.138-78 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que fica concedido o prazo de 60(sessenta) dias para sanar a irregularidade do passeio.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 058.200.098-00 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que fica concedido o prazo de 60(sessenta) dias para sanar a irregularidade do passeio.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 199.254.758-05 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que o pedido de cancelamento encontra-se indeferido, visto que a irregularidade persiste. Todavia, foi concedido o prazo de 20 dias para a efetiva regularização.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 338.005.888-20 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que não procedeu a reconstrução do passeio, sendo concedido o prazo de 10 dias para a efetiva regularização.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 311.186.448-08 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que fica concedido o prazo de 10(dez) dias para o efetivo saneamento da irregularidade, visto que deverá conduzir a canalização de saída de águas fluviais sob o passeio até a sarjeta.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 090.116.936-63 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que o objeto do pedido não é passível de análise e licenciamento nos moldes de eventos particulares, portanto, o pedido encontra-se indeferido.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 077.110.888-50 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que o pedido formalizado solicitando vaga para trabalhar nas feiras livres com a atividade de comércio de verduras e legumes encontra-se indeferido, visto que não existem vagas disponíveis para o pretendido.

Fica Comunicado o Responsável CPF: 886.853.818-00 O Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais informa que foi realizada a tentativa de vistoria, porém não havia ninguém no local.

SECRETARIA DE PROTEÇÃO AO CIDADÃO / DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS MUNICIPAIS FAZ SABER A TODOS QUANTO AO PRESENTE EDITAL OU DELE TIVEREM CONHECIMENTO, QUE:

EM ATENDIMENTO AO AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA Nº 2419759 DE 13 DE MARÇO DE 2024 O PROPRIETÁRIO - CPF: 024.688.203-47 - DO VEÍCULO CLASSIC LIFE, NA COR PRATA, COM PLACA HDW0937/ SJC-SP, EM ESTADO DE ABANDONO EM ÁREA PÚBLICA (AVENIDA MAL FLORIANO PEIXOTO, EM FRENTE AO NÚMERO 660 - CENTRO) DEVERÁ RETIRÁ-LO EM 10 DIAS, CONFORME ESTABELECIDO PELA LEI MUNICIPAL 10.822/2023.

Secretaria de Proteção ao Cidadão / Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais faz saber a todos quanto ao presente Edital ou dele tiverem conhecimento, que:

Ficam autuados os proprietários dos imóveis abaixo por não providenciarem o que segue:

- Deverá vedar as aberturas da edificação em flagrante estado de abandono, fato está em desacordo com o disposto no artigo 9 da Lei nº 006354/2003. Sendo concedido o prazo de 15 dias para o saneamento da irregularidade: **Monte Castelo** - II 32.0015.0008.0092 - NP 2419857.

- Deverá conservar imóvel em perfeito estado de higiene e limpeza, fato está em desacordo com o disposto no artigo 4 da Lei nº 006354/2003. Sendo concedido o prazo de 10 dias para o saneamento da irregularidade: **Monte Castelo** - II 32.0015.0008.0092 - NP 2419832.

Licitações

Secretaria de Saúde

Licitações homologadas pela Secretária de Saúde, Margarete Carlos da Silva Correa: PE 353/SS/2023. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamentos Diversos - Grupo XLII - Lote 13. Homologada em 10/04/2024.// PE 338/SS/2023. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamento - Tiroxinas - Grupo I - Homologada em 10/04/2024.// PE 357/SS/2023. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamentos Diversos - Grupo XLVI - Lote 08 - Homologada em 11/04/2024.

Chamamento Público homologado pela Secretária de Saúde, Margarete Carlos da Silva Correa: CH 002/SS/2023 - Edital 370/SS/2023. Objeto: Contratação de Organização Social para Administração, Gerenciamento e Operacionalização das Atividades na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24H Porte III - Unidade Campo dos Alemães e Atividades Correlatas de Conservação e Manutenção de Próprios Públicos Permissionados. Homologado em 10/04/2023.

Em cumprimento a Lei 8666/93, art. 15º, § 2 e ao Decreto nº 9257/97 que regulamenta o Registro de Preços para compra dos órgãos de Administração Direta do Município de São José dos Campos, segue relação de materiais contemplados no Pregão Eletrônico nº 030/SS/2023 - Ata de Registro de Preços 123/2023, para o fornecimento de dermocosméticos - ação judicial.				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	CONSUMO MENSAL	PREÇO UNITÁRIO
1	OLEO DE NOZ DE MACADAMIA GLICERINA, POLIISOBUTENOHI-DROGENADO, ALCOOL CETEARILICO/CETOESTEAROMA-CROGOL-20, SILICONE, ACETATO DE DL-ALFATOCOFEROL, ALCOOL BENZILICO, HIDROXIDO DE SODIO, ACIDO SORBICO, D-PANTENOL, ESTEAROXITRIMETILSILANO/ALCOOL ESTEARILICO, FARNESOL, CARBOMER, AGUA PURIFICADA. FRASCO CONTENDO 473 ML. MARCA OBRIGATORIA: CETAPHIL LOCAO HIDRATANTE.	FR	6	102,0000

3	SABONETE LIQUIDO - MARCA OBRIGATORIA: CETAPHIL PRO AD RESTORADERM - GALDERMA. FRASCO COM 295 ML.	FR	2	115,0000
4	LOCAO HIDRATANTE CONTENDO ALANTOINA E PANTENOL - MARCA OBRIGATORIA: CETAPHIL PRO AD RESTORADERM - GALDERMA. FRASCO COM 295 ML.	FR	3	138,8900

Informações: Rua Óbidos, 140 - Parque Industrial. Valeria Aparecida Mendes de Oliveira - Diretora de Apoio de Gestão. Editais na íntegra: <https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx>

Contratos

Divisão de Formalização e Atos

ERRATA DO BOLETIM Nº 3203 DO DIA 09/04/2024

ONDE SE LÊ:

2º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 284/2022

DATA: 08/04/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E S.G.M.K. TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE PARA 5 PESSOAS

PRAZO: 26/05/2026

VALOR: MAIS R\$ 93.726,09

MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 44/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 23858/2022

LÊIA-SE

2º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 284/2022

DATA: 08/04/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E S.G.M.K. LOCAÇÕES LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE PARA 5 PESSOAS

PRAZO: 26/05/2026

VALOR: MAIS R\$ 93.726,09

MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 44/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 23858/2022

ONDE SE LÊ:

11º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 24129/2011

DATA: 08/04/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E MARIA APPARECIDA DE ALVARENGA BARBOSA E JOSÉ RUBENS BARBOSA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR CAPS AD 24HRS

PRAZO: 11/04/2026

VALOR: MAIS R\$ 117.780,48

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITACAO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 65008/2011

LÊIA-SE

11º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 24129/2011

DATA: 08/04/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E MARIA APPARECIDA DE ALVARENGA BARBOSA E JOSÉ RUBENS BARBOSA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR CAPS AD 24HRS

PRAZO: 11/04/2026

VALOR: MAIS R\$ 117.780,48

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITACAO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 13044/2020

ONDE SE LÊ:

3º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 204/2021

DATA: 08/04/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E LA BELLA LAVANDERIA EIRELI

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCACAO E HIGIENIZACAO DE ENXOVAIS HOSPITALARES.

PRAZO: 14/04/2025

VALOR: MAIS R\$ 574.692,24

MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 075/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 19580/2021

LÊIA-SE

3º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 204/2021
DATA: 08/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E LA BELLA LAVANDERIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE ENXOVAIS HOSPITALARES.
PRAZO: 14/04/2025
VALOR: MAIS R\$ 574.692,24
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 075/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 19580/2021

CONVÊNIO Nº 003/2024
DATA: 08/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
OBJETO: CONVÊNIO FIRMADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS, DO CENTRO DE SÍNTESE USP CIDADES GLOBAIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
VALOR: R\$ 371.600,00
MODALIDADE: CONVENIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 131579/23

CONTRATO Nº 327/2024
DATA: 11/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ALEXANDRE ROBERTO MIRANDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 05 LUGARES - COM MOTORISTA - GRUPO IV.
PRAZO: 24 (VINTE E QUATRO) MESES
VALOR: R\$ 33.499,20
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 283/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 122118/2023

2º TERMO DE ADITAMENTO - SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº 530/2022
DATA: 05/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TREVISIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL - EMEF PROFª MERCEDES CARNEVALLI KLEIN
PRAZO: 07/04/2025
VALOR: SUPRESSÃO DE R\$ 6.776,32
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 63406/2022

3º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 213/2021
DATA: 09/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E KONEKT TELECOMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RASTREAMENTO E BLOQUEIO DE VEÍCULOS POR SATÉLITE.
PRAZO: 15/10/2024
VALOR: MAIS R\$ 1.539,36
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 049/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 8407/2021

2º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 492/2023
DATA: 09/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ABRAAO CESAR DO NASCIMENTO - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS E CADEIRA DE BANHO.
PRAZO: 25/06/2024
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 163/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 72209/2023

1º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 502/2023
DATA: 10/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E EXM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA IMPLANTACAO DO POSTO DE ENTREGA VOLUNTARIA - PEV PARARANGABA
VALOR: MAIS R\$ 100.630,15
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 008/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 61666/2023

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 589/2023
DATA: 10/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ATMA EDITORA, LIVRARIA, DISTRIBUIDORA E CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS FUN WAY
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 186/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 121856/2023

1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 484/2023
DATA: 10/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E VERÔNICA PAMELA ARCANJO ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETE COM VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 LUGARES PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 111/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 78280/2023

1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 186/2023
DATA: 11/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA - EPP
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM VEÍCULO UTILITÁRIO
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 343/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 145653/2022

1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 188/2023
DATA: 11/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E FELIPE P BATISTA TRANSPORTES - ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM VEÍCULO UTILITÁRIO
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 343/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 145653/2022

ARP Nº 51/2024
DATA: 10/04/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - ENOXAPARINAS - GRUPO I.
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
VALOR: R\$ 928.998,90
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 325/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 147003/2023

ARP Nº 52/2024
DATA: 10/04/2024
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS - GRUPO XLIII.
PARTES: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - VALOR: R\$ 34.320,00
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - VALOR: R\$ 23.887,00
HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA - VALOR: R\$ 10.515,00
INOVAMED HOSPITALAR LTDA - VALOR: R\$ 34.764,73
MKM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - VALOR: R\$ 1.616.650,00
PORTAL LTDA. - VALOR: R\$ 198.920,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - VALOR: R\$ 85.500,00
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 354/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 156592/2023

ARP Nº 53/2024
DATA: 10/04/2024
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS - GRUPO XXXV.
PARTES:
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - VALOR: R\$ 110.940,00

CIRURGICA SAO JOSE LTDA. - VALOR: R\$ 91.800,00
C.M. HOSPITALAR S.A - VALOR: R\$ 70.046,10
DROGAFONTE LTDA - VALOR: R\$ 105.000,00
PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - VALOR: R\$ 1.537.860,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA. - VALOR: R\$ 180.000,00
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - VALOR: R\$ 89.767,00
VIER PHARMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA - VALOR: R\$ 16.800,00
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 346/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 156581/2023

ARP Nº 54/2024
DATA: 10/04/2024
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PRECOS PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS
PATES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 29.550,00
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 253/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 158683/2023

ARP Nº 55/2024
DATA: 11/04/2024
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS - GRUPO XL.
PARTES: ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA - VALOR: R\$ 675.000,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - VALOR: R\$ 68.000,00
COMERCIAL RIFARMA DE MEDICAMENTOS LTDA - VALOR: R\$ 83.370,00
EUGIA PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LIMITADA - VALOR: R\$ 87.100,00
INDMED HOSPITALAR LTDA. - VALOR: R\$ 1.569.000,00
INOVAMED HOSPITALAR LTDA - VALOR: R\$ 127.898,00
INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA. - VALOR: R\$ 3.456.000,00
MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAUDE LTDA - VALOR: R\$ 94.920,00
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A - VALOR: R\$ 401.000,00
PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - VALOR: R\$ 449.000,00
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - VALOR: R\$ 131.699,90
PRAZO: (12 (DOZE) MESES
MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO Nº 351/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: 156256/2023

Portarias

Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida

Portaria/Expediente nº 36.160/2024
Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Seleção para o Chamamento Público nº **001/SEQV-DTC/2024** para **CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTEBOL AMADOR**

A Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida visando à seleção de propostas de ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL- OSC, com no mínimo 03 (três) anos de CADASTRO ATIVO, experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, condições materiais e capacidade técnica e operacional, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, para a celebração de TERMO DE FOMENTO, para o exercício de AGOSTO/2024 à JULHO/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, nomear e constituir a Comissão abaixo relacionada, para que, sob a presidência do primeiro indicado, cometam todos os atos necessários à escolha da Organização da Sociedade Civil para firmar o contrato de Gestão da Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida de São José dos Campos.

Gestor		
Luiz Gustavo Teixeira	Chefe	51.377-5/3
Suplente		
José Fausto Galeote Goulart	Analista	76.021-7/1
Titulares:		
Sílvio Fernandes de Matos	Analista.	47.043-0/3
Luiz Antônio Ruas Capella	Chefe	73.083-0/1
Benedito Júlio Marcondes	Supervisor	21.213-9/1
Tiago Shoji Okazaki	Analista	76.002-0/1
Fernando César Vales	Diretor	24.910-5/1
Suplentes:		
Francisco Gentil Ferreira	Monitor	19.143-3/1
Cleyre Carmen de Lima	Supervisora	27.688-9/1
Álvaro Francisco Santos Pivetta	Chefe	70.340-0/1
Laura Tosini de Andrade Borges	Analista	76.069-1/1
Alex César de Azevedo Pinheiro	Assessor de Diretoria	66.020-4/1

Artigo 2º - Esta portaria em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

São José dos Campos, 10 de abril de 2024

KÁTIA MARIA RIÊRA MACHADO

Secretária de Esporte e Qualidade de Vida

Fundhas

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 16/2024
DATA: 01/04/2024
PARTES: FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS E EDER AMARAL DE OLIVEIRA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL REGISTRADO NA JUNTA OMERICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP, PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E VEÍCULOS USADOS, PARA A FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
MODALIDADE: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 1/2024
PROCESSO DE COMPRA DIGITAL: Nº 24/2024
São José dos Campos, 12 de abril de 2024.
George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente

PORTARIA Nº 54/2024

DATA: 10/04/2024
O Diretor Presidente da Fundação Hélio Augusto de Souza - FUNDHAS, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
DESTITUIR a Sra. CRISTIANE SUNÉ da função de Coordenador(a)l e NOMEÁ-LA interinamente para o cargo de GESTOR(A) DE CONTRATOS, de provimento em comissão.
Esta Portaria produz seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
Fundação Hélio Augusto de Souza - FUNDHAS, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.
George Lucas Zenha de Toledo
Diretor Presidente
Registrada na Fundação Hélio Augusto de Souza aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.
Flávia Fernanda Neves Coppio
Diretora

PORTARIA Nº 55/2024

DE 10 DE ABRIL DE 2024
O Diretor Presidente da Fundação Hélio Augusto de Souza - FUNDHAS, no uso de suas atribuições legais:
Considerando a Portaria 07/2024 de 09/01/2024, que dispõe sobre a fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei Federal no 14.133, de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC - na Fundação Hélio Augusto de Souza;

Considerando ser a autoridade competente para designar os fiscais de contratos, RESOLVE:

DESIGNAR os empregados abaixo como fiscais do Contrato nº 15/2024, cujo objeto é a Prestação de serviço online de registro e tratamento de ponto, Pregão Eletrônico nº 353/2023:

-Gislaine Naiara da Silva Pereira Monteiro

-Paula Roberta Fonseca da Silva.

Esta Portaria produz seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Hélio Augusto de Souza - FUNDHAS, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

George Lucas Zenha de Toledo

Diretor Presidente

Registrada na Fundação Hélio Augusto de Souza aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Flávia Fernanda Neves Coppio

Diretora

Fundação Cultural

O Diretor Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Washington Benigno de Freitas, em atendimento ao artigo 61, parágrafo único, nos termos da Lei 8666/93 em conformidade com o inciso II do art. 191 da lei 14.133/21 (redação da MP nº 1.167, de 31 de março de 2023, autoriza a publicação das contratações por Dispensa de Licitação (Artigo 24, Inciso II).

TERMOS ADITIVOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	1727/SG/2019
CONTRATADO	WANNIE RAMOS
TERMO Nº	9º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº109/2020
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº1727/SG/2019
VIGÊNCIA	29/03 a 31/07/2024
CELEBRADO EM	26/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2133/SG/2023
CONTRATADO	MARCOS VINICIUS ARANTES DOS SANTOS
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº514/ DISPENSA 906/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2136/SG/2023
CONTRATADO	MATHEUS YUJI HIRASHIKE DA SILVA
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº508/ DISPENSA 899/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2128/SG/2023
CONTRATADO	LUIZ FELIPE BRITO GOMES
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº509/ DISPENSA 901/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2126/SG/2023
CONTRATADO	NATHAN VINICIUS DE SOUZA
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº511/ DISPENSA 902/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2135/SG/2023
CONTRATADO	SARAH RUBIA DINIZ VIANA
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº507/ DISPENSA 900/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2127/SG/2023
CONTRATADO	RW PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EVENTOS LTDA
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº512/ DISPENSA 904/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2134/SG/2023
CONTRATADO	AMANDA MEIRELLES RIBEIRO
TERMO Nº	1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº513/ DISPENSA 905/2023
OBJETO	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS NO PROCESSO.
VIGÊNCIA	29/03 a 30/06/2024
CELEBRADO EM	29/03/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	0002/SG/2020
CONTRATADO	NATALIA DE LOURDES FARIA
TERMO Nº	9º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº080/2020
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº0002/SG/2020
VIGÊNCIA	29/03 a 31/07/2024
CELEBRADO EM	27/03/2024

Por convalidação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	968/SG/2022
CONTRATADO	FELIPE GONÇALVES NETO
TERMO Nº	6º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº004/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº968/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	13/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	440/SG/2022
CONTRATADO	FILIPE FERREIRA
TERMO Nº	4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº010/OJ/FCCR/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº440/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	12/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	967/SG/2022
CONTRATADO	NADINE MORAIS ALVES
TERMO Nº	6º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº003/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº967/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	13/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	439/SG/2022
CONTRATADO	ANA LUIZA CASSAROTTE
TERMO Nº	4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº009/OJ/FCCR/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº439/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	12/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	979/SG/2022
CONTRATADO	BIANKA RODRIGUES ALVES
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº014/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº979/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	13/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	976/SG/2022
CONTRATADO	LEONARDO ALMEIDA LOPES
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº010/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº976/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	13/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	974/SG/2022
CONTRATADO	LUCAS AZEVEDO
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº008/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº974/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	13/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	975/SG/2022
CONTRATADO	ARTHUR DIAS NUNES
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº009/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº975/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	13/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	1032/SG/2022
CONTRATADO	EDER ESLI GRANGEIRO
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº014/OJ/FCCR/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº1032/SG/2022
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	12/12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	Nº288/SG/2023
CONTRATADO	Academia corpus e corpus LTDA
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº009/2022
OBJETO	TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO ONEROSO Nº 019/2024
VIGÊNCIA	08/04/2024
CELEBRADO EM	02/04/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	1551/SG/2022
CONTRATADO	ANGELA APARECIDA DA SILVA
TERMO Nº	6º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº014/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO DE APRENDIZ COMPONDO O CORPO ARTISTICO DO PROJETO CORO SINFONICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Nº1551/SG/2022
VIGÊNCIA	29/03/2024 A 31/07/2024
CELEBRADO EM	25/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	0002/SG/2020
CONTRATADO	AMANDA LOURES GODOI LOPES
TERMO Nº	9º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO DE CONCESSÃO DE BOLSAESTÍMULO ÁARTE/PROJETO CORO JOVEM SINFONICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS Nº085/2020
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº0002/SG/2020.
VIGÊNCIA	29/03/2024 A31/07/2024
CELEBRADO EM	25/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	1566/SG/2022
CONTRATADO	LUANA PEREIRA DOS REIS MOLINARI
TERMO Nº	5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº011/2022
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCALIZADOR DO CONTRATO JUNTADA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº1566/SG/2022.
VIGÊNCIA	16/12/2023 A 28/03/2024
CELEBRADO EM	12/12/2023

TERMOS DE PERMISSÃO DE USO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	161/SG/2024
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº	007/2024
AUTORIZADO	HELOISA DE ARAUJO FREITAS OLIVEIRA
OBJETO	AUTORIZAÇÃO DE USO PRECÁRIO E NÃO ONEROSO DO TEATRO DAILOR VARELA PARA REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO DE CIRCO, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DO AUTORIZADO - PROC. INTERNO 2043/SG/2023.
VIGÊNCIA	107, 09, 11 E 19/05/2024
CELEBRADO EM	28/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	232/SG/2024
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº	012/2024
AUTORIZADO	CARLA NATIELE SANTOS ROCHA VALIO AGUIRRE
OBJETO	AUTORIZAÇÃO DE USO PRECÁRIO E NÃO ONEROSO DO TEATRO DAILOR VARELA PARA REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO ANIMA REDE - FESTIVAL DE TEATRO DE FORMAS ANIMADAS EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DO AUTORIZADO - PROC. INTERNO 045/SG/2024.
VIGÊNCIA	10/05/2024
CELEBRADO EM	15/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	230/SG/2024
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº	013/2024
AUTORIZADO	CASSIO APARECIDO BORGES PESSOA
OBJETO	AUTORIZAÇÃO DE USO PRECÁRIO E NÃO ONEROSO DO CINE TEATRO SANTANA PARA REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO CUMULONIMBUS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DO AUTORIZADO - PROC. INTERNO 008/SG/2024.
VIGÊNCIA	09/06/2024
CELEBRADO EM	20/03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	305/SG/2024
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº	009/2024
AUTORIZADO	ARAÚJO & SIMÃO LTDA
OBJETO	AUTORIZAÇÃO DE USO PRECÁRIO E NÃO ONEROSO DO CINE TEATRO SANTANA PARA GRAVAÇÃO DE COREOGRAFIA PARA PARTICIPAÇÃO EM FESTIVAL, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DO AUTORIZADO.
VIGÊNCIA	05/04/2024
CELEBRADO EM	04/04/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	275/SG/2024
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº	016/2024
AUTORIZADO	VICENTE MARIANO DA SILVA
OBJETO	AUTORIZAÇÃO DE USO PRECÁRIO E NÃO ONEROSO DO TEATRO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO VISON VOADOR EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DO AUTORIZADO.
VIGÊNCIA	06 E 07/04/2024
CELEBRADO EM	01/04/2024

PORTARIA Nº 029/P/2024

De 09 de abril de 2024

Dispõe sobre normas sobre contratação de empresas, qualquer que seja a sua constituição, administradas por servidores públicos ou ainda, administradas por funcionários contratados por Organizações Sociais que mantenham vínculo contratual com a Prefeitura de São José dos Campos.

O Diretor Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso II do Art. 4º, da Lei nº 3050, de 14 de novembro de 1985,

Considerando que servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo ou em emprego público na administração direta, nas autarquias ou nas fundações públicas, conforme o Art. 1º da .Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990;

Considerando que Organização Social é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que obteve a qualificação de organização social por meio de decreto do chefe do Poder Executivo de um dos entes da Federação, para realizar atividades de interesse público e

Considerando que o Princípio da Moralidade, previsto expressamente no “caput” do Art. 37 da Constituição Federal, impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta, sendo que, além da legalidade, os atos administrativos devem subordinar-se à moralidade administrativa.

Resolve:

Art. 1º - Doravante, fica vedada a contratação de empresas, qualquer que seja a sua constituição, administradas por servidores públicos ou ainda, administradas por funcionários contratados por Organizações Sociais que mantenham vínculo contratual com a Prefeitura de São José dos Campos.

Art. 2º - Fica acrescido na Declaração de Ausência de Fato Impeditivo, como Anexo 1, desta Portaria e aos contratos de compras e serviços, o preceito contido no artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

São José dos Campos, 09 de abril de 2024

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO

Washington Benigno de Freitas

Diretor Presidente

Registre-se e Publique-se

ANEXO I DA PORTARIA Nº 029/P/2024

ANEXO

À

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Ref.:

DECLARAÇÃO

Em cumprimento as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa _____, CNPJ/MF _____ **DECLARA**, para fins de participação no(a).....
..... conforme referência acima, que:

- a) Não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d) Não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.
- h) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- i) Está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores.
- j) Está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- k) Está ciente que, conforme aplicável, deve utilizar ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713/23.
- l) Está ciente que não poderá estar sendo administrada por servidores públicos ou ainda, administradas por funcionários contratados por Organizações Sociais que mantenham vínculo contratual com a Prefeitura de São José dos Campos.

Por ser a expressão da verdade, eu _____ representante legal do licitante, firmo a presente.

DATA

ASSINATURA E CARIMBO

IPSM

PORTARIA Nº 129/IPSM/2024

De 12 de abril de 2024

O Superintendente do Instituto de Previdência do Servidor Municipal, usando de suas atribuições legais decorrentes da Lei Municipal nº 10.408, de 26 de novembro de 2021, pelo Artigo 17, Inciso VI, RESOLVE:

DESIGNAR, a Assistente Previdenciária, Sra. LARISSA ANDRADE PRIANTE GONÇALVES, matrícula nº 62, para responder pela SUPERVISÃO do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, em substituição ao Sr. LUIZ FERNANDO ARAUJO, durante o período de gozo de férias de 15/04/2024 até 19/04/2024.

Registre-se e Publique-se.

São José dos Campos, 12 de abril de 2024

Devair Pietraroia da Silva

Superintendente

PORTARIA Nº 130/IPSM/2024

De 12 de abril de 2024

O Superintendente do Instituto de Previdência do Servidor Municipal, usando de suas atribuições legais decorrentes da Lei Municipal nº 10.408, de 26 de novembro de 2021, pelo Artigo 17, Inciso VI, RESOLVE:

DESIGNAR, a Assistente Previdenciária, Sra. JANUBIA APARECIDA VELOSO, matrícula nº 87, para responder pela Assessoria da Superintendência, em razão das férias regulamentares do titular, de 15/04/2024 até 19/04/2024.

Registre-se e Publique-se.

São José dos Campos, 12 de abril de 2024

Devair Pietraroia da Silva

Superintendente

Outros

Secretaria de Saúde

PROCESSO ELEITORAL DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - COMUS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A Comissão Eleitoral constituída na Reunião Ordinária do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, após a posse dos novos Conselheiros do COMUS triênio 2024 a 2027, no uso das atribuições conferidas no artigo 29º, paragrafo 1º do Regimento Interno do COMUS, a Lei Municipal 9172 de 23 de setembro de 2014e a Resolução 453 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, vem por meio de este fixar e dar ciência dos procedimentos para a escolha dos membros da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos, para o triênio 2024 a 2027.

I - DOS CANDIDATOS

Artigo 1º - Somente poderão candidatar-se os conselheiros titulares, que deverão oficializar sua candidatura, através de carta/ofício entregue à Comissão Eleitoral, com antecedência mínimo de 05 (cinco), dias da data do pleito, de acordo com o artigo 29º, alínea II, do Regimento Interno.

Artigo 2º - Os candidatos deverão efetivar suas inscrições junto a Comissão Eleitoral, até as 17h00 do dia 17 de abril através de carta/ofício protocolada na Secretaria Executiva do COMUS na Rua Óbidos, 140 no Parque Industrial, respeitando o artigo 29º e alínea II, indicando o cargo preterido.

II - DOS ELEITORES

Artigo 3º - Terão direito a voto todos os membros titulares presentes na reunião de acordo com o Artigo 29º, Alínea II do Regimento Interno.

§ 1º - Na ausência do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente do Segmento terá direito a voto de acordo com o artigo 11º inciso 2º do Regimento Interno.

§ 2º - Na impossibilidade de comparecimento do titular, o mesmo deverá comunicar por e-mail sua ausência à Secretaria Executiva do COMUS e informar o seu suplente, até **12 horas do dia 17/04/2024**, possibilitando a informação de ausência do titular ao suplente, conforme Art. 11, § 3º do Regimento Interno.

III - DA ELEIÇÃO

Artigo 4º- A eleição ocorrerá no dia 24 de abril de 2024 às 15h00, no auditório no sétimo andar da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, de acordo com o Artigo 29º do Regimento Interno.

Parágrafo 1º - A reunião de eleição iniciar-se-á imediatamente após a confirmação de quórum mínimo, tendo como pauta única a Eleição da Mesa Diretora e será presidida pelo presidente da Comissão Eleitoral.

Paragrafo 2º- Ao termino das apresentações dos candidatos concorrentes, não será permitida a assinatura na lista de presença da reunião, assumindo a titularidade o suplente presente e o presidente da Comissão Eleitoral fará a comunicação ao plenário dessa substituição.

Artigo 5º - A eleição se dará em um único turno, com voto secreto, de acordo com o artigo 29º, inciso 2º do Regimento Interno do COMUS.

Paragrafo Único: A eleição se dará por cédula com indicação do cargo e de seus respectivos candidatos.

Artigo 6º - Cada candidato terá direito a uma breve apresentação na Reunião de Eleição dos Membros da Mesa Diretora do COMUS, não ultrapassando o tempo de 03 minutos para cada candidato homologado.

Artigo 7º - A apuração se dará imediatamente após o término da eleição de acordo com o Artigo 29º.

Paragrafo Único - Será eleito separadamente o Presidente e após separadamente os demais membros da Mesa Diretora, entre os demais segmentos na Primeira Reunião Ordinária do Conselho após a posse, como artigo 5º inciso 1º da Lei Municipal 9172.

Artigo 8º - A posse se dará imediatamente após a declaração do resultado das eleições, de acordo com o Artigo 29º inciso 4º do Regimento Interno do COMUS.

Artigo 9º - Os casos omissos neste Processo Eleitoral deverão ser esclarecidos pela Comissão eleitoral, de acordo com o Artigo 29º inciso 5º do Regimento Interno do COMUS.

IV - DO CALENDÁRIO ELEITORAL

Artigo 10º - A eleição dos representantes da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos, triênio 2024 a 2027, obedecerá ao seguinte calendário:

§ 1º - As inscrições dos Candidatos até as 17h00 do dia 17 de abril de 2024;

§ 2º - Homologação dos candidatos dia 18 de abril;

§ 3º - Reunião para a Eleição da Mesa Diretora do COMUS dia 24 de abril de 2024, às 15h00, no auditório do sétimo andar da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, sito R. José de Alencar, 123 - Centro, São José dos Campos - SP.

§ 4º - A posse e entrada em exercício dos novos membros da Mesa Diretora do COMUS biênio 2016 a 2018 se dará imediatamente após o termino deste processo eleitoral.

Este Processo Eleitoral dos membros da Mesa Diretora do COMUS São José dos Campos, triênio 2024 - 2027 foram aprovados em reunião da Comissão eleitoral realizada no dia 24 de abril de 2024.

COMISSÃO ELEITORAL DA MESA DIRETORA DO COMUS